

CIVILIZAÇÃO MATERIAL,
ECONOMIA E CAPITALISMO
SÉCULOS XV-XVIII

Fernand Braudel

da Academia Francesa

Tradução

TELMA COSTA

Revisão da tradução

MARIA ERMANTINA GALVÃO G. PEREIRA

Volume 2

Os Jogos das Trocas

Martins Fontes

São Paulo 1998

*Título original: CIVILISATION MATÉRIELLE, ÉCONOMIE ET
CAPITALISME – Tomo II – Les Jeux de l'Échange.
Copyright © Librairie Armand Colin, Paris, 1979.
Copyright © Livraria Martins Fontes Editora Ltda.,
São Paulo, 1996, para a presente edição.*

1ª edição
janeiro de 1996
2ª tiragem
agosto de 1998

Tradução
TELMA COSTA

Revisão da tradução
Maria Ermantina Galvão
Revisão gráfica
Maria de Fátima Cavallaro
Agnaldo Alves de Oliveira
Produção gráfica
Geraldo Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Braudel, Fernand, 1902-1985.
Civilização material, economia e capitalismo : séculos XV-
XVIII / Fernand Braudel ; tradução Telma Costa. – São Paulo :
Martins Fontes, 1996.

Título original: *Civilisation matérielle, économie et capitalisme.*
Obra em 3 v.
Conteúdo: V. 1. As estruturas do cotidiano : o possível e o impos-
sível – v. 2. Os jogos das trocas.

ISBN 85-336-0428-9 (v. 1) – ISBN 85-336-0462-9 (v. 2)

1. Capitalismo – História 2. Civilização – História 3. História
econômica I. Título.

95-5208

CDD-909

Índices para catálogo sistemático:
1. Civilização : História 909

*Todos os direitos para o Brasil reservados à
Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
Rua Conselheiro Ramalho, 330/340
01325-000 São Paulo SP Brasil
Tel. (011) 239-3677 Fax (011) 3105-6867
e-mail: info@martinsfontes.com
http://www.martinsfontes.com*

*A Pierre Gourou,
em testemunho de uma dupla afeição.*

SITUAR O MERCADO

Como conclusão dos dois capítulos precedentes, será possível tentar “situar” o *mercado* no seu verdadeiro lugar? Não é tão simples como parece porque a palavra, por si só, é muito equívoca. Por um lado, aplica-se, num sentido muito amplo, a todas as formas de troca desde que ultrapassem a auto-suficiência, a todas as engrenagens elementares e superiores que acabamos de descrever, a todas as categorias que dizem respeito às áreas mercantis (mercado urbano, mercado nacional) ou a este ou àquele produto (mercados do açúcar, dos metais preciosos, das especiarias). A palavra é então o equivalente de troca, de circulação, de distribuição. Por outro lado, a palavra mercado designa muitas vezes uma forma bastante ampla da troca, também chamada *economia de mercado*; ou seja, um sistema.

A dificuldade é que:

— o complexo do mercado só se compreende se reinserido no conjunto de uma vida econômica e também de uma vida social que mudam com os anos;

— o próprio complexo evolui e se transforma constantemente, deixando portanto de ter, de um momento para outro, o mesmo significado ou o mesmo alcance.

Para defini-lo em sua realidade concreta, vamos abordá-lo por três vias: as teorias esquemáticas dos economistas; o testemunho da história *lato sensu*, tomada, portanto, em sua mais longa duração; as lições confusas mas talvez úteis do mundo atual.

O mercado auto-regulador

Os economistas têm privilegiado o papel do mercado. Para Adam Smith, o mercado é o regulador da divisão do trabalho. Seu volume rege o nível que será atingido pela divisão, esse processo, esse acelerador da produção. Mais ainda, o mercado é o lugar da “mão invisível”, nele a oferta e a procura se encontram e se equilibram automaticamente por intermédio dos preços. A fórmula de Oskar Lange é ainda melhor: o mercado foi o primeiro computador posto a serviço dos homens, uma máquina auto-reguladora que assegura sozinha o equilíbrio das atividades econômicas. D’Avenel²⁹³ dizia, na linguagem da época, a do liberalismo de consciência tranqüila: “Mesmo que nada fosse livre num Estado, ainda assim o preço das coisas continuaria a sê-lo e não se deixaria subjugar por ninguém. O preço do dinheiro, da terra, do trabalho, os preços de todos os gêneros e mercadorias nunca deixaram de ser livres: nenhuma coerção legal, nenhum acordo privado conseguiram subjugar-lo.”

Estas opiniões admitem implicitamente que o mercado, que não é dirigido por ninguém, é o mecanismo motor de toda a economia. O crescimento da Europa, e mesmo do mundo, seria o de uma economia de mercado que não parou de ampliar seu terreno, prendendo na sua ordem racional cada vez mais homens, cada vez mais tráficos próximos e distantes que tendem a criar, para todos eles, uma unidade do mundo. A maior parte das vezes, a troca suscitou sempre ao mesmo tempo a oferta e a procura, orientando a produção, acarretando a especialização

de vastas regiões econômicas, desde então solidárias, pela sua própria existência, da troca tornada necessária. Será preciso dar exemplos? A viticultura na Aquitânia, o chá na China, os cereais na Polônia, na Sicília ou na Ucrânia, as sucessivas adaptações econômicas do Brasil colonial (madeiras tintoriais, açúcar, ouro, café)... Em suma, a troca une as economias umas às outras. A troca é anel, é ponto de junção. Entre compradores e vendedores, o preço é o maestro. Na Bolsa de Londres, conforme sobe ou desce, o preço transforma os *bears* em *bulls* e vice-versa — sendo os *bears*, na gíria bolsista, os que jogam na baixa, os *bulls* na alta.

À margem e até no cerne das economias ativas, há por certo zonas mais ou menos extensas que são pouco afetadas pelo movimento do mercado. Apenas alguns traços, a moeda, a chegada de produtos raros estrangeiros, mostram que esses pequenos universos não são inteiramente fechados. Ainda se encontram idênticas inércias ou imobilidades na Inglaterra dos Jorges ou na França superativa de Luís XVI. Mas, justamente, o crescimento econômico seria a redução dessas zonas isoladas, progressivamente chamadas para participar da produção e do consumo gerais — vindo finalmente a Revolução industrial generalizar o mecanismo de mercado.

Um mercado auto-regulador, conquistador, capaz de racionalizar toda a economia — tal seria essencialmente a história do crescimento. Carl Brinkmann²⁹⁴ pôde dizer recentemente que a história econômica era o estudo das origens, do desenvolvimento e da eventual decomposição da economia de mercado. Essa visão esquemática está de acordo com o ensinamento de gerações de economistas. Mas não pode ser a dos historiadores, para quem o mercado não é um fenômeno meramente endógeno. Também não é o conjunto das atividades econômicas, nem sequer uma fase precisa da sua evolução.

Através do tempo multissecular

Uma vez que a troca é tão velha como a história dos homens, um estudo *histórico* do mercado deve estender-se à totalidade dos tempos vividos e situáveis e, pelo caminho, aceitar a cooperação das outras ciências do homem, das suas possíveis explicações, sem o que não poderia apreender as evoluções, as estruturas de longo alcance, as conjunturas criadoras de nova vida. Mas, se aceitamos tal ampliação, somos lançados numa investigação imensa, na realidade sem princípio nem fim. Todos os mercados dão testemunhos: em primeira instância, os lugares de trocas retrógradas, formas ainda visíveis, aqui e ali, de antigas realidades, semelhantes a espécies ainda vivas de um mundo antediluviano. Confesso que me apaixonei pelos mercados atuais de Cabília que surgem regularmente, no meio do espaço ermo, abaixo das aldeias empoleiradas a toda a volta²⁹⁵; ou pelos mercados atuais do Daomé, muito pitorescos, eles também fora das aldeias²⁹⁶; ou pelas feiras rudimentares do delta do rio Vermelho, há pouco observadas com minúcia por Pierre Gourou²⁹⁷. E tantas outras, como ainda há pouco as do sertão da Bahia, em contato com os pastores e rebanhos semi-selvagens do interior²⁹⁸. Ou, mais arcaicas, as trocas cerimoniais no arquipélago de Trobriand, no sudeste da Nova Guiné inglesa, vistas por Malinowski²⁹⁹. Aqui, juntam-se o atual e o antigo, a história, a pré-história, a antropologia, *in loco* uma sociologia retrospectiva, uma economia arcaizante.



Atualmente, mercado tradicional do Daomé, em plena natureza, fora das aldeias. (Foto A.A.A., clichê Picou.)

Karl Polanyi³⁰⁰, seus discípulos e partidários fiéis enfrentaram o desafio que esta massa de testemunhos constitui. Penetraram-na com dificuldade para poder formular uma explicação, quase uma teoria: a economia, que não é mais do que um “subconjunto”³⁰¹ da vida social que esta engloba em suas redes e em suas coerções, só tardiamente se desvencilhou (e ainda assim!) desses múltiplos vínculos. Segundo Polanyi, teríamos mesmo de aguardar a plena explosão do capitalismo, no século XIX, para que se produzisse “a grande transformação”, para que o mercado “auto-regulador” assumisse suas verdadeiras dimensões e subjugassem o social até então dominante. Antes dessa mutação, não haveria, por assim dizer, mais do que mercados sem liberdade de ação, falsos mercados ou não-mercados.

Como exemplos da troca que não dependeria do comportamento dito “econômico”, Polanyi invoca as trocas cerimoniais condicionadas pela *reciprocidade*; ou a *redistribuição* dos bens pelo Estado primitivo que confisca a produção; ou ainda os *ports of trade*, esses lugares de troca neutra onde o mercador não dita a lei, cujo melhor exemplo seriam pequenos portos da colonização fenícia onde, num dado lugar, num recinto delimitado, se pratica o comércio discreto ao longo das costas mediterrâneas. Em suma, seria preciso distinguir entre o *trade* (o comércio, a troca) e o *market* (o mercado auto-regulador dos preços) cujo aparecimento foi, no século passado, uma revolução social de primeira grandeza.

O mal é que toda a teoria parte dessa distinção baseada (quanto muito) em algumas sondagens heterogêneas. Por certo nada proíbe que se introduza numa discussão sobre “a grande transformação” do século XIX o *pottatch* ou o *kula* (em vez da organização mercantil muito diversificada dos séculos XVII e XVIII). É o mesmo que recorrer, a propósito das regras do casamento na Inglaterra no tempo da rainha Vitória, às explicações de Lévi-Strauss sobre os laços de parentesco. Com efeito, não se fez nenhum esforço para abordar a realidade concreta e *diversificada* da história e depois partir daí. Nem uma referência a Ernest Labrousse, ou a Wilhelm Abel, ou aos numerosos trabalhos clássicos sobre a história dos preços. Vinde linhas, e está resolvida a questão do mercado na chamada época “mercantilista”³⁰². Sociólogos e economistas no passado, antropólogos hoje, habituaram-nos, infelizmente, ao seu quase total desconhecimento da história, o que lhes facilita mais a tarefa.

Além disso, a noção de “mercado auto-regulador” que nos é proposta³⁰³ — é isto, é aquilo, não é tal coisa, não admite esta ou aquela linha — está relacionada com um gosto teológico pela definição. Esse mercado em que “só intervêm a procura, o custo da oferta e os preços, que resultam de um acordo recíproco”³⁰⁴, na ausência de qualquer “elemento externo”, é uma criação da mente. É demasiado fácil batizar de econômica uma forma de troca e de social uma outra. Na realidade, todas as formas são econômicas, todas são sociais. Houve, por séculos a fio, trocas sócio-econômicas muito variadas que coexistiram, a despeito ou *por causa* da sua diversidade. Reciprocidade, redistribuição são também formas econômicas (D. C. North³⁰⁵ tem toda a razão neste ponto), e o mercado a título oneroso, muito cedo implantado, é também ao mesmo tempo uma realidade social e uma realidade econômica. A troca é sempre um diálogo e, de vez em quando, o preço é imprevisível. Sofre certas pressões (a do príncipe, ou da cidade, ou do capitalista, etc.), mas também obedece forçosamente aos imperativos da oferta, rara ou abundante, e não menos da procura. O controle dos preços, argumento essencial para negar o aparecimento, antes do século XIX, do “verdadeiro” mercado auto-regulador, sempre existiu e continua a existir. Mas, no que se refere ao mundo pré-industrial, seria um erro pensar que as listas oficiais de preços dos mercados suprimem o papel da oferta e da procura. Em princípio, o controle severo do mercado é feito para proteger o consumidor, isto é, a *concorrência*. Em última análise, seria mais o mercado “livre”, por exemplo o *private market* inglês, que tenderia a suprimir ao mesmo tempo o controle e a concorrência.

Historicamente, temos de falar, a meu ver, de economia de mercado tão logo há flutuação e consonância dos preços entre os mercados de uma dada zona, fenômeno tanto mais característico por se produzir em diferentes jurisdições e soberanias. Neste sentido, há economia de mercado muito antes dos séculos XIX e XX, os únicos que, ao longo de toda a história, segundo W. C. Neale³⁰⁶, teriam conhecido o mercado auto-regulador. Desde a Antiguidade os preços flutuam; no século XIII, já flutuam conjuntamente em toda a Europa. A seguir afirmar-se-á a consonância, dentro de limites cada vez mais restritos. Até os minúsculos burgos do Faucigny, na Sabóia do século XVIII, numa região de altas montanhas pouco propícia às ligações, vêem seus preços oscilarem, no mesmo ritmo, de uma semana para outra, em todos os mercados da região, conforme as colheitas e as necessidades, conforme a oferta e a procura.

Dito isto, não pretendo, pelo contrário, que essa economia de mercado, próxima da concorrência, abarque toda a economia. Não o consegue mais hoje do que outrora, embora em proporções e por razões totalmente diferentes. O caráter parcial da economia de mercado pode dever-se, com efeito, quer à importância do setor de auto-suficiência, quer à autoridade do Estado que subtrai uma parte da produção à circulação mercantil, quer, na mesma medida ou mais ainda, ao simples peso do dinheiro que pode, de mil maneiras, intervir artificialmente na formação dos preços. Nas economias atrasadas ou muito avançadas, a economia de mercado pode portanto ser minada pela base ou pelo topo.

O que é certo é que, a par dos não-mercados caros a Polanyi, houve também, desde sempre, trocas a título puramente oneroso, por mais modestas que fossem. Houve mercados desde tempos remotos, ainda que modestos, no âmbito de uma aldeia, ou de várias aldeias, podendo o mercado apresentar-se então como uma aldeia itinerante à imagem da grande feira, espécie de cidade fictícia e ambulante. Mas o passo essencial dessa interminável história é a anexação, um dia, pela cidade, de mercados até então pequenos. Ela os engole, os alarga à sua própria dimensão, mesmo que, por sua vez, ela própria se submeta a sua lei. O fato determinante é seguramente a entrada da cidade no circuito econômico, da *unidade pesada*. O mercado urbano teria sido inventado pelos fenícios³⁰⁷, é bem possível. Seja como for, as cidades gregas quase contemporâneas instalaram todas um mercado na *ágora*, a sua praça central³⁰⁸; inventaram também, pelo menos propagaram, a moeda, multiplicador evidente, conquanto não seja, por certo, a condição *sine qua non* do mercado.

A cidade grega conheceu mesmo o grande mercado urbano, o que se abastece longe. Poderia ser de outro modo? Como cidade, ei-la incapaz, assim que atinge certo peso, de viver do campo próximo, pedregoso, seco, muitas vezes infértil. Impõe-se o recurso a outrem, como mais tarde às cidades-Estados da Itália já no século XII e até antes. Quem há de alimentar Veneza, uma vez que ela nunca teve mais do que pobres hortas conquistadas à areia? Mais tarde, para dominar os circuitos longos do comércio de longa distância, as cidades mercantes da Itália ultrapassarão a fase dos grandes mercados, instalarão a arma eficaz e de certo modo cotidiana das reuniões de ricos mercadores. Não tinham Atenas e Roma criado já os patamares superiores do banco e de reuniões que poderíamos qualificar de “bolsistas”?

Em suma, a economia de mercado se formou passo a passo. Como dizia Marcel Mauss, “foram as nossas sociedades do Ocidente que há bem pouco tempo fizeram do homem um animal econômico”³⁰⁹. Mas falta entendermo-nos quanto ao sentido de “há bem pouco tempo”.

Pode o tempo atual testemunhar?

A evolução não parou ontem, nos belos tempos do mercado auto-regulador. Em enormes áreas do planeta, para enormes massas de homens, os sistemas socialistas, com o controle autoritário dos preços, puseram fim à economia de mercado. Se ela subsiste, é porque usou rodeios, se contentou com minúsculas atividades. Tais experiências, em todo caso, põem um termo, não o único, à curva desenhada

de antemão por Carl Brinkmann. Não o único, uma vez que, aos olhos de certos economistas atuais, o mundo “livre” está passando por uma transformação singular. O poder acrescido da produção, o fato de os homens em grandes nações — não todas, bem entendido — terem ultrapassado a fase de escassez e da penúria e não terem sérias preocupações quanto à vida de todos os dias, o prodigioso enriquecimento de grandes empresas, em geral multinacionais — todas estas transformações derrubaram a antiga ordem do mercado rei, do cliente rei, da economia de mercado decisiva. Já não existem leis do mercado para as grandes empresas capazes de influenciar a procura com uma publicidade altamente eficaz, capazes de fixar arbitrariamente os preços. J. K. Galbraith acaba de descrever, num livro muito claro, o que ele chama *o sistema industrial*³¹⁰. Os economistas de língua francesa preferem falar de *organisation*. Num artigo recente do *Le Monde* (29 de março de 1975), François Perroux chega a dizer: “a organização, esse modelo muito mais importante do que o mercado...” Mas o mercado subsiste: posso ir a uma loja, a uma feira qualquer e “testar” a minha realeza muito modesta de cliente e de consumidor. Do mesmo modo, para o pequeno fabricante — tomemos o exemplo clássico da confecção —, imperativamente apanhado no jogo de uma concorrência múltipla, a lei do mercado existe sempre plenamente. Não se propõe J. K. Galbraith, no seu último livro, a estudar “muito atentamente a justaposição das pequenas empresas — o que eu chamo [diz ele] o sistema de mercado — e do sistema industrial”³¹¹, refúgio das grandes empresas? Mas Lenin dizia quase o mesmo a propósito da coexistência do que ele chamava o “imperialismo” (ou capitalismo de monopólio recém-criado, no princípio do século XX) e do simples capitalismo, este útil, na base de concorrência, julgava ele³¹².

Estou plenamente de acordo tanto com Galbraith como com Lenin, apenas com a pequena diferença de que a distinção setorial, entre o que eu chamo “economia” (ou economia de mercado) e “capitalismo”, não me parece uma característica nova, mas uma constante da Europa, desde a Idade Média. E com esta outra diferença: é preciso acrescentar ao modelo pré-industrial um terceiro setor — o andar térreo da não-economia, espécie de humo onde o mercado lança suas raízes, mas sem o prender integralmente. Este andar térreo é enorme. Acima dele, a zona mais representativa da economia de mercado multiplica as ligações horizontais entre os diversos mercados; nela um certo automatismo liga habitualmente oferta, procura e preços. Finalmente, ao lado, ou melhor, acima desta camada, a zona do contramercado é o reino da esperteza e do direito do mais forte. É aí que se situa por excelência o domínio do capitalismo — ontem como hoje, antes como depois da Revolução industrial.